



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
DA CIM DO ALTO MINHO

--- Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, no Auditório da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE – IPVC), em Valença, pelas dezoito horas e cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva convocatória. ---

--- Esteve ausente o Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente de Câmara de Viana do Castelo, José Maria Costa, que comunicou antecipadamente a sua impossibilidade em estar presente. -----

--- Estavam presentes os Presidente de Câmara que compõem o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho e em alguns casos seus representantes, designadamente: da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Baptista; representante do Presidente da Câmara Municipal de Monção, Fernando José Costa; Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, José Alfredo Oliveira; Presidente da Câmara Municipal de Valença, Manuel Lopes; Vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Luís Nobre e Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, Fernando Nogueira.-----

--- Não estiveram presentes os Presidentes: da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Esteves; da Câmara Municipal de Caminha, Miguel Alves; da Câmara Municipal de Paredes de Coura, Vítor Paulo Pereira e da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Vítor Mendes. -----

--- O Presidente da Mesa, Eduardo Jorge do Paço Viana comunicou, no próprio dia, verbalmente à Vice-Presidente da Mesa a sua impossibilidade em estar presente na reunião. -----

--- Pelo impedimento do Presidente da Mesa em estar presente, assumiu na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, a Vice-Presidente, Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos, o Secretário, Abel Nunes Lopes, tendo sido convocado um membro da Assembleia Intermunicipal, para ocupar um lugar na Mesa, nos termos do previsto no artº. 15, nºs. 3 e 4 do Regimento desta Assembleia Intermunicipal, tendo ocupado o lugar a membro Rosa Maria Morais Lobo Bouças, do PSD de Ponte da Barca. -----

--- Assim, presidiu a reunião, na qualidade de Presidente da Mesa, Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos iniciando a sessão com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes na sessão ordinária na Escola Superior de Ciências Empresariais, em Valença comunicando ser a coordenadora dos trabalhos, na medida em que o Presidente da Mesa, Eduardo Jorge do Paço



4
Viana, por motivos imprevistos de agenda não pôde estar presente. -----

-- Iniciando a sessão começa por comunicar um pedido de suspensão e pedidos de substituição de vários membros. Terceiro pedido de suspensão de mandato do membro, João Pedro Cunha Cruz, de Viana do Castelo, pelo período de seis meses, sendo substituído por Maria Florência de Sousa Nunes. Comunica os pedidos de substituição para esta reunião, os membros: Maria Augusta Gabriel dos Reis Lima Fernandes substituída por Rosa Maria Morais Lobo Bouças; o membro, Manuel Durval Fernandes Afonso Lages substituído por Catarina Vaz Paiva, que não esteve presente; a membro, Matilde Sofia Soares de Brito, substituída por Manuel Matos Lima; o membro Manuel Alberto Gomes Leiras substituído por David Manuel Rodrigues Ferreira Gomes, que não esteve presente; o membro Alberto Luís de Oliveira Vilas, substituído por Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; o membro Sérgio Paulo de Brito Oliveira substituído por Irene da Silva Dantas da Silva que não podendo estar presente, foi substituída por Paulo Duarte Pereira Barbosa, que por sua vez comunicou impossibilidade em estar presente, pelo que, não existindo mais membros suplentes, pelo Partido Socialista da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, não foi efetuada nenhuma substituição. -----

Foram confirmadas as presenças dos membros da Assembleia Intermunicipal, conforme lista de presenças: 30 presenças, que fica anexa à presente ata (**Doc. 1/2021**). -----

--- A Presidente da Mesa passa a dar conhecimento de alguns assuntos que chegaram ao conhecimento da Mesa da Assembleia Intermunicipal, desde a última reunião extraordinária desta mesma Assembleia, realizada no dia 05 de fevereiro do corrente ano, nomeadamente: a comunicação do abandono da liderança do Grupo Intermunicipal da CIM do Alto Minho, do membro José António Lopes Nogueira bem como o pedido para passar a ser membro desta Assembleia Intermunicipal como Independente, uma vez que era o líder da Bancada Intermunicipal do PS, foi comunicado pelo Partido Socialista o seu substituto, sendo doravante o membro Manuel Luís Domingues Gonçalves a liderar a bancada do Partido Socialista. -----

--- Comunica também, no seguimento do mesmo já ter sido abordado anteriormente, nesta Assembleia Intermunicipal, ter sido dado seguimento à constituição da Associação CITIN – Centro de Interface Tecnológico Industrial, com o Visto Prévio do Tribunal de Contas, tendo sido elaborada a constituição da escritura da referida Associação. -----

--- Por último refere, uma Nota Informativa da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), sobre a data da realização desta sessão da Assembleia Intermunicipal que deveria ter acontecido no mês de abril, de acordo com a legislação e Regimento da Assembleia Intermunicipal, mas nos termos da referida Nota Informativa, em regime de exceção, refere que: "... a prestação de contas nas reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos das autarquias locais previstas para o mês de abril, podiam realizar-se até ao dia 30 de junho de 2021", aplicando-se também às Comunidades



Intermunicipais, pelo que se está a realizar esta sessão nesta data. **(Doc. 2/2021)** -----

---Refere ter terminado a comunicação de algumas informações, julgadas pertinentes, antes da abertura do Período de Antes da Ordem do Dia da sessão a decorrer. -----

Cede a palavra ao Vice-Presidente da CIM do Alto Minho e Presidente da Câmara Municipal de Valença, Manuel Lopes que substitui o Presidente da Comunidade Intermunicipal, José Maria Costa que se encontra ausente, nesta sessão. -----

Manuel Lopes: Cumprimenta toda a Assembleia, a Presidente da Mesa, Margarita Vasconcelos, em substituição do Presidente, Eduardo Paço Viana; o Secretário da Mesa, Abel Lopes referindo ser um membro que compõe esta Assembleia desde o início e a membro convidada, Rosa Bouças; o Primeiro Secretário do SEI da CIM do Alto Minho, Bruno Caldas contrerrâneo de Valença, passando a cumprimentar os colegas presentes e substitutos, desejando a todos as bem-vindas ao Concelho de Valença. Enaltece este Concelho assim como todo o Alto Minho, informando estar na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, por impossibilidade do seu Presidente. Agradecendo a deslocação e participação na sessão a iniciar, desejando um bom trabalho. -----

--- A Presidente da Mesa agradece a intervenção do Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e apresenta a Ordem de Trabalhos da presente sessão: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Ata da 2ª reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 22 de dezembro de 2020 e da Ata da 1ª reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 05 de fevereiro de 2021. -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, artº. 29º do Regimento); -----

2.2 Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2020; -----

2.3 Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 (Aplicação dos Saldos de Gerência); -----

2.4 Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2020. -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----



--- A Presidente da Mesa dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia, começando pelo ponto **1.1** Apreciação e votação da Ata da 2ª reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 22 de dezembro de 2020 e da Ata da 1ª reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 05 de fevereiro de 2021. Questiona os membros da Assembleia sobre intenção de pronuncia sobre este ponto, no que respeita às duas atas apresentadas. Não existindo nenhuma intenção de pronuncia sobre o assunto, propõe, se não houver discordância de nenhum membro presente a votação das atas. Ninguém se inscreveu pelo que passou de imediato à votação da Ata da 2ª reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 22 de dezembro de 2020. Após votação, verifica-se num universo de 28 votantes: 27 votos a favor, 1 abstenção e 0 votos contra, estando a mesma aprovada por maioria dos presentes. Ressalva-se, a leitura da Ata em Minuta, na votação deste ponto em que ficou registado, num universo de 28 votantes, a votação de 26 votos a favor, 2 abstenções e 0 votos contra, efetivamente e de acordo com a gravação da reunião, comprova-se que o número de abstenções foi apenas de 1, sendo os votos a favor de 27 votos e 0 votos contra, não alterando o resultado da sua aprovação por maioria dos presentes. --- De seguida, votação da Ata da 1ª reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 05 de fevereiro de 2021, após votação, verifica-se num universo de 28 votantes: 26 votos a favor, 2 abstenções e 0 votos contra, estando a mesma aprovada por maioria dos presentes. -----

--- A Presidente da Mesa passa para o ponto seguinte: **1.2** Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. Convida os membros que se queiram pronunciar para se inscreverem. É registada a intenção dos membros, José Nogueira, Manuel Luís e Rocha Neves. -----

--- A Presidente da Mesa ceda a palavra ao primeiro membro inscrito, José Nogueira. -----

José Nogueira: Inicia a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia, destacando a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho e os Autarcas presentes ou representados. Refere ter solicitado intervir, no seguimento do que foi apresentado pela Presidente da Mesa, nas informações iniciais, sobre a comunicação enviada à Mesa da Assembleia Intermunicipal a comunicar o seu abandono do Grupo Intermunicipal Socialista na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho e o sobredito Grupo, pretendendo explicar a razão da sua atitude. Lê a carta endereçada ao Presidente do Partido Socialista, no dia 15 de março de 2021, transcrita na íntegra: *“Exmº. Senhor Dr. Carlos César, venho, pela presente, dar-lhe a conhecer que tomei a firme decisão de, a partir da presente data, deixar de ser militante do Partido Socialista (com inscrição na secção de Valença do Minho, com o nº de militante 64281, que melhor me identifica), Federação de Viana do Castelo. Donde, designadamente ao abrigo da lei atual da proteção de dados, solicito a retirada imediata do meu nome de qualquer base de dados e, bem assim, dos meus contatos, por forma a não serem*



2
4
i

usados a nenhum título ou fim, nem mesmo para me enviarem mensagens, correios ou emails. É com particular desgosto que o faço, mas os motivos, fundamentos e razões que conduziram a esta decisão são, para além de pessoais, políticos. Na verdade, não basta ter o melhor e mais amplo catálogo de princípios e valores democráticos – nos quais me continuo a rever e a perfilhar – quando, na prática recente, eles têm vindo a ser postergados, desmerecidos e atropelados. Dois exemplos: como Advogado não concebo a inenarrável discriminação negativa efetuada à minha “classe profissional” (conjuntamente com a dos Solicitadores e a dos Agentes de Execução) face aos apoios disponibilizados aos mais trabalhadores “liberais” em sede de “pacotes de apoio Covid”, e, como militante – agora ex- revoltam-me as imposições e o desrespeito pela expressa vontade e o querer da esmagadora maioria dos militantes socialistas Valencianos (mais de 70%) em vista da designação do candidato à Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas, denegando a António Dias o que foi concedido a António Costa – votação, em urna. Destarte, - o término do mandato, em curso, como Presidente da Comissão Federativa de Jurisdição do Partido Socialista de Viana do Castelo – cargo que vinha a exercer desde 2012; e – o abandono da liderança do Grupo Municipal PS na Assembleia Municipal de Valença (desde 2005, exceto o hiato temporal em que a ela presidi) e do Grupo Intermunicipal Socialista da CIM-Alto Minho (de que, desde sempre, fui líder ou vice-líder). Informo que continuarei a exercer os mandatos autárquicos para que fui eleito – na Assembleia Municipal e na CIM-Alto Minho – ora como independente. Com os melhores cumprimentos. José António Lopes Nogueira”. -----

Afirma ser e continuar a ser Republicano, Laico e Socialista, vincula-o ao cumprimento do mandato autárquico a sua consciência ético-jurídica e o bem servir Valença, os Valencianos e as Valencianas, o Alto Minho, os Alto Minhotos e as Alto Minhotas. Acredita ser possível, através da política transformar a sociedade, ainda que como independente. Agradece a colaboração que teve da bancada do Grupo Intermunicipal Socialista na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, deixando votos de felicidades, pessoais e profissionais aos que o acompanharam, ao longo do vasto tempo, tornando-os extensivos aos demais autarcas com quem teve e tem a honra de trabalhar. Disse. -----

--- A Presidente da Mesa agradece a intervenção do membro José Nogueira e cede a palavra ao membro Manuel Luís Gonçalves -----

Manuel Luís Gonçalves: Inicia a sua intervenção, começando por cumprimentar a Mesa da Assembleia e a estreia na qualidade de Presidente da Mesa, Margarida Vasconcelos, Presidentes de Câmara presentes e demais representantes de Presidentes ausentes, estendendo os cumprimentos aos restantes membros da Assembleia. Começa por agradecer publicamente, ao colega e camarada, José António Nogueira, pela dedicação que sempre teve pelo Partido e liderança do Grupo do PS na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, em vários



mandatos, lamentando a sua saída, acrescentando que a democracia tem uma coisa boa, chamada liberdade. O colega, José António Nogueira, teve a oportunidade de apresentar as suas razões, na intervenção que fez, dando conhecimento publicamente da carta endereçada ao líder do Partido Socialista, manifestando o respeito pela saída deixando uma nota de agradecimento pelo trabalho desenvolvido, nesta Assembleia como também em outros órgãos, como o Conselho de Jurisdição do Partido, agradecendo diretamente "*Caro colega muito obrigada*". Passa de imediato ao segundo aspeto da sua intervenção, sobre o Plano Português de Recuperação, Transformação e Resiliência, aprovado pela Comissão Europeia, no passado dia 16 de junho. Referindo que o Plano prevê o acesso aos Fundos COVID19 da União Europeia pós crise, consubstancia a implementação em território nacional de um inovador mecanismo criado diretamente por Bruxelas, que ascende a cerca 13,9 mil milhões de euros em subvenções e 2,2 milhões de euros em empréstimos. Podendo a estes valores, vir ainda a acrescer, o valor de cerca de 2,3 mil milhões de euros, dependendo da procura que venha a ser gerada por parte das empresas e que será objeto de avaliação, no segundo semestre do próximo ano, em função da procura verificada. Como é de conhecimento comum, o Plano entrará em vigor no corrente ano e perdurará por um período de seis anos, entre 2021 e 2027, sendo as subvenções e empréstimos atribuídos a 37 reformas e 83 investimentos nas áreas: social, climática e de digitalização. Pretendendo o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), como é conhecido, ser um instrumento de transformação estrutural, com forte impacto reformista, ao responder aos efeitos da crise pandémica, encontrando-se organizado em três dimensões estruturantes: em primeiro lugar a Resiliência, em segundo lugar a Transição Climática e em terceiro lugar a Transição Digital. De entre estes pontos, destaca alguns dos investimentos que estão previstos. Referindo em primeiro lugar a alocação de alguns investimentos, nomeadamente 4,1 mil milhões de euros de investimento previsto para afetação em infraestruturas na área da habitação e da saúde, nomeadamente na requalificação de equipamentos de saúde; 710 milhões para a área da educação, nomeadamente para a renovação de escolas e a compra de equipamento tecnológico; 690 milhões para o desenvolvimento das designadas *missing links*, ou seja das ligações de eixos rodoviários ainda em falta ou não concluídos de infraestruturas rodoviárias e ainda no desenvolvimento de Centros de Negócios Regionais. Também previstos, Fundos na ordem dos 967 milhões para a expansão de melhoria do sistema público de transportes, destacando o eixo rodoviário e ferroviário, nomeadamente a linha ferroviária que ligará Porto, Valença e Vigo. Ainda 370 milhões para melhorar a eficiência energética tendo em vista o combate às alterações climáticas. Referindo ter sido aprovada recentemente a Lei Europeia do Clima por parte do Parlamento Europeu, apesar de ter passado algo despercebida em Portugal, com 120 milhões de euros para a gestão da água. Refere que o PRR para Portugal foi o primeiro a ser aprovado em



Bruxelas e será o primeiro a ser posto em execução. Será um plano crucial para o desenvolvimento e crescimento da economia, pós pandemia, e aumentará as oportunidades do setor privado, criando assim mais emprego e desenvolvimento económico. Relembra que foi referenciado, na última sessão da Assembleia, o conjunto de investimentos, que estavam e se mantêm, a ser desenvolvidos pelos municípios que integram a CIM do Alto Minho, face ao quadro atualmente existente e certamente todos estão conscientes que será uma oportunidade fornecida agora pelo PRR, sendo única, cabendo a todos estar atentos, referindo em particular os municípios desta Comunidade Intermunicipal, na certeza que será uma oportunidade única para desenvolver esta região do Alto Minho e coloca-la no patamar que necessariamente deverá estar – das regiões mais desenvolvidas da Europa. As empresas, as famílias e a comunidade em geral agradecerão. Agradece. -----

A Presidente da Mesa agradece a intervenção, cedendo a palavra ao membro Rocha Neves. ---

Joaquim Rocha Neves: Agradece a receção nas instalações do IPVC, nomeadamente na Escola Superior de Ciências Empresariais, como instituição incisiva e estratégica para a comunidade e região. Faz um agradecimento ao colega, membro Joaquim Celestino Ribeiro, pelo apoio sempre disponível durante o mandato, e particularmente nas suas substituições quando necessário. Dirigindo-se ao membro, José António Nogueira, envia-lhe um braço com o reconhecimento das suas qualidades humanas, qualidades políticas e como colega. Manifestando a sua satisfação na posição do colega para prosseguir com a sua liberdade, afirmação e dignidade. Cumprimenta toda a Assembleia, Presidentes de Câmara e demais presentes. Inicia a leitura de um documento sobre “Inverter os Ciclos Sucessivos de Insucesso Escolar, de Pobreza e de Exclusão Social – O combate ao insucesso escolar como desígnio do distrito de Viana do Castelo – Ninguém pode ficar para trás”. Agradece. **(Doc. 3/2021)**. -----

A Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra à membro, Emília Cerqueira.

Emília Cerqueira: Inicia a sua intervenção com o cumprimento à Presidente da Mesa, em substituição, na sessão ordinária, que será a última do mandato a decorrer, cumprimenta também os restantes membros da mesa, Presidentes de Câmara, Manuel Lopes Presidente da Câmara de Valença e também anfitrião desta sessão, e demais membros da Assembleia e todos os restantes presentes. Começa por deixar umas palavras a Valença, que os recebe, como território transfronteiriço, exemplo em termos de Eurocidade Valença - Tui, enaltecendo o espaço onde se está a realizar a sessão, no qual já esteve presente em várias situações, anteriormente, achando-o um espaço de excelência, que tem permitido ultrapassar a necessidade de especialização e formação de capital humano, cada vez mais exigente para os desafios do futuro e que a todos congregam. Passa a referir o PRR, manifestando alguma preocupação, na forma como o mesmo está pensado. Com especial preocupação com as palavras do primeiro-ministro, em que diz “...já



4
2

posso ir ao Banco...” o velho ditado e abordagem, de quanto tenho para gastar e não de como vou gastar. Refere que Portugal precisa saber como vai gastar, na intervenção já ouvida, bem clara e cristalina quanto à função do PRR, está a ser aproveitado para obras que não se fizeram nos últimos anos, entendendo não ser este o espírito do PRR. Entendem que o PRR deve ser uma oportunidade para criar resiliência no nosso país, e para que territórios como o Alto Minho, não fiquem para trás, para que seja feita efetiva coesão territorial, com capacidade de competitividade de Portugal em relação aqueles que são os países que concorrem com ele na União Europeia. Refere que o país que menos ajuda colocou à disposição efetiva dos portugueses, foi Portugal, no período de pandemia, sendo uma situação que vêm com muita preocupação. Pensarão e dirão outras pessoas, que já se viveram outras crises, e nós sobrevivemos e conseguimos criar ferramentas facilmente para essas crises, salientado que há uma diferença, desta vez, mesmo a economia informal deixou de existir, porque simplesmente se fez um *shot down* em grande parte da economia. Classificam as soluções apresentadas, ao contrário de muitos países, que ajudaram diretamente as empresas, com financiamentos e fazendo-lhes chegar capital, porque estão descapitalizadas, sem capacidade de resiliência, em Portugal não aconteceu o mesmo, apresentaram-se linhas de crédito com moratórias, que veremos a fatura a pagar, correndo o risco de quando chegar a fatura, não existam condições para que seja paga. Refere, o que foi dito, pelo Presidente da Caixa Geral de Depósitos, no dia anterior, que receia que 25% das moratórias que estão na banca se tornem casos muito complicados. Acentuando que estas últimas palavras não são suas, mas da pessoa referida. Salaria a importância, para regiões como esta, a união independentemente dos partidos políticos, para aquela que é a efetiva chegada de verbas a territórios como o Alto Minho. Refere as palavras do membro, Rocha Neves, sobre o direcionamento das verbas para Lisboa e grandes cidades, e este território cada vez menos e a conseguir fazer menos, entendendo ser esta a realidade. Salaria o grave problema do envelhecimento da população, sentido neste território, malgrado o esforço de todos os Presidente de Câmara, com o esforço que tem sido feito, dedicando grande parte da sua energia para criar condições, para a atratividade deste território, não passando hoje em dia essa atratividade, pelas estradas como no tempo do Prof. Cavaco Silva, porque elas não existiam. Somos dos países com melhores redes viárias, da Europa e em termos comparativos, precisamos de economia, investimento no capital humano. Evoca a economia digital, que não seja apenas um belo anúncio com que todos concordam, sendo necessário que ela exista no território, sabendo que isso não acontece e que os Fundos estão a ser sistematicamente desviados para as grandes áreas metropolitanas. Sem más interpretações, entendam, que o investimento não é só para as grandes áreas metropolitanas, pois assim não é possível a coesão territorial. Tem-se ouvido nos últimos anos, que é uma oportunidade única, a



2
4

última oportunidade para Portugal, esperando que desta vez não se pense e continue a pensar “quanto tenho para gastar”, mas “como vou gastar”. Referindo ser melhor gastar menos, sem nos basearmos no valor do pacote, mas desenvolver o país, para Portugal não ser cada vez mais o país da cauda da Europa. Agradece. -----

A Presidente da Mesa agradece a intervenção, questionando a Assembleia sobre a intenção de mais alguém intervir, antes de encerrar o período de Antes da Ordem do Dia. -----

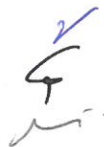
--- Pelo membro José Nogueira é questionado o ponto de situação, de um assunto já abordado anteriormente, sobre a possibilidade de realizar um Fórum com o Presidente da CCDRN, Dr. António Cunha, para discussão de assuntos de interesse deste território. -----

--- Foi referido pela Presidente da Mesa, que o assunto foi tratado na reunião de líderes que antecedeu a preparação da sessão em curso, pelo que, provavelmente, antes do fim, deste mandato, será realizado um Fórum de discussão para abordar assuntos referidos anteriormente. Não tendo mais informações. Agradece. Não havendo inscrições e antes de avançar para o Período da Ordem do Dia, na qualidade de Presidente da Mesa, pretende referir, como faria o Presidente da Mesa se estivesse presente, agradecer ao membro José António Nogueira, os seus préstimos na qualidade de líder do Grupo Intermunicipal do Partido Socialista, com as suas contribuições ao longo de vários anos, que sempre contribuíram para debate em sede da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, podendo continuar a contar com a sua presença, numa outra qualidade, desejando as maiores felicidades, independentemente da pertença a um grupo ou outro na Assembleia Intermunicipal. Agradece. Passa para o Período da Ordem do Dia: no ponto **2.1** Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, art.º 29.º do Regimento). Explica ter existido uma articulação prévia, com o Vice-Presidente, Manuel Lopes, em substituição nesta sessão da Comunidade Intermunicipal e passa a palavra, com a sua conivência, ao Primeiro Secretário Executivo do SEI da CIM do Alto Minho, Bruno Caldas para fazer a apresentação da atividade da Comunidade Intermunicipal. -----

Bruno Caldas: Inicia a sua intervenção, cumprimentando os membros da Mesa, os Presidentes de Câmara presentes e outros representantes de Presidentes, todos os membros da Assembleia, faz alusão às palavras da última Assembleia, em formato digital, aquando da sua eleição como Primeiro Secretário do SEI da CIM do Alto Minho, agradecendo a confiança depositada no seu trabalho e as palavras proferidas anteriormente pelo Presidente da Câmara Municipal de Valença. Faz uma breve abordagem curricular, aludindo já ter desenvolvido várias funções em alguns concelhos abrangidos pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. Aceitou o convite para esta caminhada, para as funções cometidas ao cargo, que agora exerce, com coragem, entusiasmo e dedicação para alcançar os objetivos traçados, com o apoio de todos, nomeadamente dos



Presidentes de Câmara para os concretizar, uma vez que o sucesso desta CIM passa pela união, entendimento e capacidade de decisão, entre todos. Numa função, de fio condutor, entre as reuniões do Conselho Intermunicipal e restantes entidades e equipas, na esperança que o seu desempenho seja o desejável e esperado. Em relação ao ponto 2.1 que vai apresentar, indica que irá utilizar um suporte digital – apresentação em formato digital, para ser mais ilustrativo do que foi a atividade da CIM em 2020. Começa por informar que 2020 foi um ano de muitas mudanças, para além das adaptações necessárias, sendo que, quando se pensou no décimo segundo ano da CIM do Alto Minho com o enfoque em “Investir no Presente, Projetar para o Futuro”, assim como agora pensando em 2030, acreditar na capacidade, mesmo num contexto pré-pandemia, de trabalhar num contexto digital, de transição climática e aposta na resiliência e coesão. Sendo esta a visão para 2030, que fortalece, acompanhada do desafio de capacidade de projetar o futuro e implementar a Estratégia 2030, dando respostas aos projetos de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal. Com diversas áreas de trabalho, destacando o papel do realizado em diversas áreas, passando a destacar: (i) Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, no valor de cerca de 70 milhões de euros para o atual Ciclo de Programação, agora a terminar. Refere que o ano de 2020, apesar das dificuldades do contexto da pandemia COVID19, foi possível melhorar significativamente os níveis de execução do Pacto, realçando na apresentação que descreve, os Fundos do FEDER, FSE, que foi conseguido, em conjunto aprovar 29 operações, com 7,4 milhões de euros, evidenciando os Equipamentos Escolares, TICs, Transição Digital e apoio aos privados, tendo sido componentes trabalhadas em 2020 e possível a sua implementação; (ii) Destaca a Estratégia da Eficiência Coletiva, PROVERE-Minho Inovação, um projeto liderado pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, em consórcio com as Comunidades Intermunicipais do Ave e do Cávado e outras entidades do ensino científico, com ADL’s e cerca de 120 Associações Locais, com várias empresas, sendo o foco principal, a excelência do Turismo no Minho. Assinala ter sido possível em 2020 acautelar uma reprogramação, que permitiu aumentar a dotação financeira associada a esta iniciativa, com mais 6 milhões de euros contratualizados, somando um total de 18 milhões de euros da componente FEDER, que corresponde a cerca de 20 milhões de euros de investimento. Mais explana o efeito multiplicador esperado deste projeto, com outros complementares, sendo o objetivo atingir, por cada euro gasto de investimento público, ter dois euros de investimento privado. Uma bolsa complementar de projetos, que poderá vir a ser candidatada, numa linha de ação que o NORTE 2020 pretende vir a lançar no corrente ano, previsivelmente com cerca de 25 milhões de euros para a Região Norte. Sendo o PROVERE um projeto desafiante, com várias componentes relacionadas com a gastronomia, entre outras, tem sido articulado, com muito trabalho, pelas três Comunidades Intermunicipais que lideram este processo; (iii) Operacionalização da DLBC



Costeira, uma iniciativa da CIM que envolve, municípios com freguesias litorais: Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira, sendo inclusive o Presidente da Câmara, José Nogueira, Presidente do Órgão de Gestão desta entidade, englobando também algumas freguesias de Valença. Foi possível dinamizar projetos de natureza mais específica e local, na área do património natural, património cultural e dinamizar a iniciativa +Coeso, iniciativa promovida na Região Norte, sendo a nível nacional apoiados cerca de onze projetos, com efeito no emprego, criando cerca de vinte postos de trabalho, projetos agora em iniciação; (iv) Projetos relacionados com o Programa da Valorização do Turismo do Alto Minho, englobando todos os trabalhos realizados na área do património cultural, património ambiental, do património imaterial, destacando o projeto Alto Minho 4D, que os municípios, mais uma vez, abraçaram com entusiasmo tendo sido possível construir uma rede de estações no tempo, que permitem ser mais uma alavanca para a dinamização do turismo, do património e até a preparação de alguns espaços emblemáticos, nos centros das Vilas, algumas fortalezas para além dos centros históricos; (v) Projetos na área ambiental referindo, ser a sua componente mais técnica, que acompanhava os projetos de mais perto. Numa abordagem sucinta, uma vez que são projetos com um carisma muito importante na melhoria da paisagem deste território, refere a entrega, no início da reunião, de documentos com a estratégia regional da paisagem para o Alto Minho, destacando também projetos que envolvem a comunidade escolar, resumindo todo o trabalho que tem sido feito desde 2015, mais materializado em 2020 com a renovação da Carta Europeia do Turismo Sustentável e com o reconhecimento, por parte de cerca de onze empresas, com metodologia em prol da sustentabilidade, na área da eficiência energética e ambiental. Cumprindo requisitos, durante três anos, para se manterem associados à Rede Europeia, que é um certificado europeu reconhecido pela Federação Europeia de Parques; (vi) Destaca também os projetos da náutica, informando da campanha promocional feita em 2020, levada a cabo, em parceria com a SIC/ SAPO 24 (Alto Minho Sustentável por Natureza), com um *review* de mais de 100 mil visualizações, numa campanha que está a funcionar muito bem no contexto, sendo um sinal muito positivo. Refere, ter sido dito há poucos dias, pelo Presidente do Turismo Porto e Norte, o destaque para a quebra do turismo, na Área Metropolitana do Porto e em todo o território do Alto Minho, desejando sempre atrair mais pessoas, sendo a questão da sustentabilidade e do turismo associado à água, um destaque para o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, BlueWays. Mais aborda assuntos dos serviços coletivos territoriais, destacando os trabalhos das autoridades de transportes intermunicipal e também municipais, nos programas de apoio à redução tarifária no sentido de vir a ser minimizado o impacto, também com o apoio dos municípios. Destaca os projetos mais na área da educação, o combate ao Insucesso Escolar e a questão da Proteção Civil em Riscos, no qual esta CIM se destaca com algumas iniciativas, pioneiras e com projetos piloto, aproximando a



4.
M
2

CIM da Direção Geral do Território, IPMA, com projetos inovadores, nomeadamente, a instalação de estações meteorológicas, nos municípios, com rotinas, que permitirão conhecer melhor o território e a adaptação às mudanças climáticas e aos riscos. Para finalizar, destaca a revisitação, de parte da Estratégica do Alto Minho 2020, tendo sido pedido, de acordo com as orientações europeias e nacionais, não elaborar uma nova estratégia, mas antes alinhar ao semestre Europeu, fazendo uma revisitação à estratégia em vigor. Comunica ter sido feito em 2020, com recurso à via telemática, a organização de alguns encontros, mas também com um trabalho de proximidade com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, com o objetivo para que a estratégia 2020 da CIM do Alto Minho seja aprovada, no Conselho Regional do Norte, em dezembro, sendo assim incorporada no NORTE 2030. Será um trabalho a ser adensado no corrente ano de 2021, com toda a componente da estratégia, dos desígnios, dos programas de ação fechados, com necessidade de trabalhar todos os planos de ação, com o desafio de alinhar o PT2030 com o PRR, como já foi referido, por alguns membros da Assembleia. Resumindo, informa ser um desafio imenso, com cerca de 50 candidaturas referidas, em desenvolvimento, não sendo fácil gerir, mas pensando num ciclo de programação de Fundos Comunitários, está-se a finalizar um e no arranque de outro, estando muitas das candidaturas, em fase de encerramento, em aceleração o que obriga a um processo de reprogramações no novo contexto e a tomada de decisões bastante difíceis, obrigando a uma reinvenção e grande capacidade de gestão adaptativa, mais que planear, obrigando quinzenalmente e ou mensalmente, a uma análise de implementação dos projetos. Estando a ser este o grande desafio, com o objetivo de concretizar, de acordo com o apresentado, nesta sessão. Dá nota que na Cooperação Territorial, o apoio prestado ao EACT do Rio Minho e apesar da fase final deste quadro, a submissão de 7 candidaturas durante o ano de 2020, na temática da Cooperação Europeia e também Transfronteiriça. Finaliza a apresentação do plano de atividade da CIM do Alto Minho do ano de 2020, convidando à visualização de um pequeno vídeo elaborado por uma Agência de Promoção, externa a este território, que trabalha na Rede da Carta Europeia de Turismo Sustentável, em apenas 2 minutos ajuda a perceber, a visão do exterior no que respeita ao nosso território. É um trabalho não é elaborado por nós, mas a visão de um empresário, sobre o Alto Minho. Com a concordância de todos será exibido. Sem qualquer manifestação, solicita a colocação do vídeo, agradecendo a atenção prestada à apresentação. Disponibiliza-se para qualquer esclarecimento que a Assembleia requeira. Sem qualquer contrariedade por parte da mesa e demais membros da Assembleia é apresentado o vídeo, cujo link de acesso se anexa. **(Doc. 4/2021)** -----
--- A Presidente da Mesa elogia, achando que o mesmo merece uma salva de palmas. Ao que se segue esse momento. Agradece a intervenção da apresentação da atividade da CIM desenvolvida no último ano e também o brinde do vídeo apresentado que evidencia as potencialidades deste



território, convidando a explorara-lo ainda mais. Questiona se alguém se pretende inscrever, após a apresentação da atividade desenvolvida pela CIM do Alto Minho. Não se registaram inscrições. -
--- A Presidente da Mesa passa para o ponto **2.2** - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano 2020. Convida o Primeiro Secretário, Bruno Caldas a fazer a apresentação do ponto.-----

Bruno Caldas: Em relação ao ponto apresentado, destaca basicamente o apuramento de resultados líquidos positivos, com uma receita de cerca de 35% e um total de despesa com uma execução de cerca de 46%, estando em linha com os resultados de exercícios anteriores, apesar de um ciclo de fecho de programas, o que em termos de previsão de orçamento era expectável uma execução superior, sendo que as reprogramações também obrigaram a ajustamentos, refletindo-se também em serviços externos, que contribuem para uma baixa em relação ao inicialmente previsto. Sugere se necessária a intervenção da Chefe de Divisão Administrativa e Financeiro da CIM do Alto Minho, com prévia autorização da Presidente Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----

Resumindo a ligeira descida da receita também com influência dos efeitos da pandemia, COVID19, que obrigou a desmaterializar algumas ações e a acelerar outras de alguma forma. O facto de não se conseguir realizar algumas ações ou projetos obrigou a realização de reprogramações, o que justifica a taxa de execução apresentada. Agradece. -----

--- A Presidente da Mesa questiona a Assembleia se alguém se quer manifestar em relação ao ponto em apresentação. Não havendo inscrições, procedeu-se à votação. Num universo de 30 membros: com 30 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- A Presidente da Mesa passa ao ponto **2.3** - Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, (Aplicação dos Saldos de Gerência). Cede novamente a palavra ao Primeiro Secretário da CIM do Alto Minho, Bruno Caldas. -----

Bruno Caldas: Agradece, resumindo a revisão das GOPO de 2021, relacionando com a obrigatoriedade de incorporar o saldo de gerência, obrigando a fazer a presente atualização mas também, tal como referido na intervenção anterior, o facto dos ajustamentos de projetos e eventual alteração da metodologia de intervenção, do físico para o digital e algumas questões relacionadas com a componente de logística de algumas intervenções, que foram derrapando, obrigou a fazer alguns contratos de execução e reprogramar na expectativa de aliviar o esforço temporal e financeiro o que permitiu em 2021, implementar alguns projetos, mais na componente transfronteiriça e no âmbito do POSEUR onde a CIM tem uma iniciativa de cerca de um milhão e oitocentos mil euros do Fundo de Coesão, na área dos riscos, sendo tarefas que obrigaram a maior intervenção física e que acabaram por deslizar no tempo. Sendo uma alteração que se



prende com as alterações orçamentais inscritas, com ajustes em algumas rubricas. Agradece. -----

-- A Presidente da Mesa agradece e abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado, não havendo inscrições, passou de imediato à votação do ponto **2.3** - Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 (Aplicação dos Saldos de Gerência). Num universo de 30 membros: 30 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- A Presidente da Mesa passa ao último ponto da Ordem do Dia, Ponto **2.4** - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano 2020. Cede a palavra ao Primeiro Secretário, Bruno Caldas. -----

Bruno Caldas: Explicita que mais uma vez, esta situação decorre do facto da CIM, ter uma participada – a Minhocom, para consolidação de contas, como habitualmente. Mais informa que os resultados líquidos da Minhocom são positivos, sendo uma empresa sustentável. Referindo como nota, que apesar de não ser uma participada, o AECT do Rio Minho, que a CIM do Alto Minho enquanto membro fundador, também tem uma componente incorporada integrando também parte das contas. Conclui ter sido um período um pouco mais difícil, pela novidade da aplicação do SNC (Novo Sistema de Normalização Contabilística), pela primeira vez, pelos municípios e pela Comunidade Intermunicipal, obrigando a um exercício de maior detalhe e trabalho da equipa técnica da CIM, principalmente a da área financeira. Agradece. (1:00:43) -----

--- A Presidente da Mesa agradece e abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado, não havendo inscrições passa de imediato à sua votação: Ponto **2.4** - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2020. Num universo de 30 membros: 30 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Encerrando o Período da Ordem do Dia desta sessão, passa ao Ponto **3** - Período de Intervenção do Público, não havendo público é o mesmo concluído. Faz um resumo, dos pontos da Ordem de Trabalhos e respetivas votações, da Ata em Minuta para posterior votação e aprovação. -----

-- A Presidente da Mesa coloca a votação a aprovação da **Ata em Minuta**, sem nenhuma intervenção e num universo de 30 membros: 30 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Sendo a mesma aprovada por unanimidade dos presentes, passando a ser datada e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----

--- A Presidente da Mesa agradece a presença de todos, com um agradecimento particular aos Presidentes de Câmara e Vereadores presentes, em substituição dos Presidentes que não puderam estar presentes, agradecendo ao Presidente da Câmara de Valença pela receção no seu



Concelho e à Assembleia pela forma como correram os trabalhos, desejando o resto de uma boa noite e boa semana a todos. -----

--- O Presidente da Câmara de Valença, como anfitrião desta sessão agradece a presença de todos, parabeniza a CIM do Alto Minho, pelo grau de execução ao longo do último ano, salientando que os Fundos Comunitários são distribuídos na CIM por unanimidade, com a concordância de todos os Presidentes dos Municípios que compõem esta Comunidade Intermunicipal. Faz referência ao PRR e à bazuca, que foi referenciado nesta sessão, salientando a sua posição muito otimista quanto à bazuca, na expectativa que o dinheiro chegue a Lisboa e seja distribuído por todos os Municípios, que não fique ali concentrado, que não impeça a sua chegada ao Porto e seja também, aí distribuído mais para Norte. Espera que com o PRR, esta região do Alto Minho seja contemplada, até pela informação dos últimos Censos, com a prova de que esta região, mesmo com o empenho dos Presidentes de Câmara, preocupados com a industrialização, dinamização do turismo, se assiste a uma perda de população, por falta de investimento do poder central. Na esperança que o Alto Minho seja valorizado e não apenas mais uma paisagem ao lado de Lisboa. Por fim, agradece à Presidente da Mesa em exercício, bem como aos colegas, Presidentes de Câmara que incorporaram esta sessão e a todos os que tornaram possível esta Assembleia, quer os funcionários municipais quer os funcionários da CIM do Alto Minho. Agradece a todos a presença em Valença. -----

--- Os trabalhos foram encerrados pelas dezassete horas e dez minutos, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virginia Guedes do Rego, que a redigi. -----

Valença, 28 de junho de 2021. -----

A Presidente da Assembleia

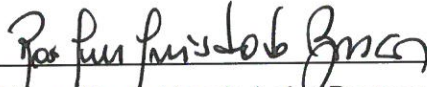
Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos


O Vice-Presidente da Assembleia

Abel Nunes Lopes



A Secretária da Assembleia


Rosa Maria Morais Lobo Bouças


Maria Virgínia Guedes do Rego